Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2021 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais referidas anteriormente, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

Os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins comparativos, foram examinados por outro auditor independente, que emitiu relatório em 17 de março de 2021, com opinião sem ressalvas. As informações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão em 12 de novembro de 2020, sem modificação em sua conclusão, sobre essas informações financeiras intermediárias. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

John Alexander Harold Auton
Contador
CRC nº 1 RJ 078183/O-2

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	243.606	285.993	320.350	378.905
Depósitos bancários vinculados	3	7.400	-	7.400	-
Contas a receber de terceiros	4	121.636	82.478	130.715	100.376
Contas a receber de partes relacionadas	16.c	871	4.914	-	-
Estoques	5	74.486	36.225	79.144	40.714
IRPJ e CSLL a recuperar	6	1.214	415	7.184	5.815
Tributos a recuperar	6	6.870	2.956	8.938	5.406
Adiantamento a fornecedores		2.034	1.892	4.970	4.787
Outras contas a receber de partes relacionadas	16.c	-	1.496	-	-
Outros ativos		6.247	4.191	6.923	4.947
		464.364	420.560	565.624	540.950
Ativos mantidos para venda	7	8.957	10.272	8.957	10.272
NÃO CIRCULANTE					
IRPJ e CSLL diferidos	18	230.327	236.128	308.977	314.618
Tributos a recuperar	6	1	1	74	349
Depósitos judiciais	19	8.488	7.438	9.428	7.672
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	-	808
Outros ativos		-	2	-	2
		238.816	243.569	318.479	323.449
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	39.341	39.341	39.341	39.341
Investimentos	9	283.717	301.061	-	-
Imobilizado	10	353.546	384.580	395.029	439.883
Intangível	11	35.022	33.314	125.328	121.497
		711.626	758.296	559.698	600.721
TOTAL DO ATIVO		1.423.763	1.432.697	1.452.758	1.475.392

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	Nota	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTE					
Contas a pagar a terceiros	12	36.257	23.644	44.327	30.286
Contas a pagar a partes relacionadas	16.c	844	390	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	733	4.547
Debêntures	14	46.967	40.124	56.814	57.829
Arrendamentos a pagar	15	15.792	14.359	17.141	15.074
Salários e encargos sociais		28.093	18.383	28.930	19.318
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	22	1.472	1.456	1.472	1.456
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	6.219	1.920	6.906	2.917
Tributos a pagar	20	4.474	4.285	4.669	4.339
Provisão para participação nos resultados	17.d	7.962	5.865	8.070	7.226
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	405	-	405	-
Outros passivos		251	230	679	677
		148.736	110.656	170.146	143.669
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	243	-
Debêntures	14	107.162	141.360	107.162	145.285
Arrendamento a pagar	15	39.186	41.256	39.186	41.256
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	14.396	15.137	19.043	20.414
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	22	2.681	3.743	2.681	3.743
Tributos a pagar	20	10.530	10.348	10.530	10.348
Provisão para benefícios pós-emprego	17.a	12.613	11.868	12.613	11.868
Outros passivos		430	430	790	910
		186.998	224.142	192.248	233.824
TOTAL DO PASSIVO		335.734	334.798	362.394	377.493
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito	21	1.090.336	1.089.642	1.090.336	1.089.642
Reservas de capital	21	60.478	57.036	60.478	57.036
Custo com emissão de ações	21	(18.448)	(18.448)	(18.448)	(18.448)
Reservas de lucros	21	860	860	860	860
Ações em tesouraria	21	(61.919)	(15.056)	(61.919)	(15.056)
Ajuste de avaliação patrimonial		(16.135)	(16.135)	(16.135)	(16.135)
Lucros acumulados		32.857	-	32.857	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES		-	-	1.088.029	1.097.899
Participações de acionistas não controladores		-	-	2.335	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.088.029	1.097.899	1.090.364	1.097.899
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.423.763	1.432.697	1.452.758	1.475.392

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

		Controladora				Consolidado			
	Nota	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita líquida de vendas e serviços	24	182.871	109.633	492.559	267.903	192.949	133.792	518.946	358.197
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	26	(77.877)	(75.540)	(232.210)	(190.027)	(85.266)	(84.952)	(249.700)	(228.157)
Lucro bruto		104.994	34.093	260.349	77.876	107.683	48.840	269.246	130.040
Despesas com vendas, gerais e administrativas	25	(58.767)	(30.992)	(166.102)	(89.347)	(62.020)	(44.950)	(174.948)	(132.642)
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	(1.896)	1.909	(4.175)	(2.524)	(2.008)	1.430	(5.961)	(5.595)
Resultado de participações em investimentos	9	(879)	113	(1.649)	2.648	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		285	594	969	928	324	1.336	1.934	1.947
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		43.737	5.717	89.392	(10.419)	43.979	6.656	90.271	(6.250)
Receitas financeiras	26	6.205	1.626	12.089	5.751	7.825	3.562	18.159	11.497
Despesas financeiras	26	(5.583)	(4.125)	(18.244)	(12.943)	(7.277)	(6.298)	(24.181)	(21.053)
Resultado financeiro líquido		622	(2.499)	(6.155)	(7.192)	548	(2.736)	(6.022)	(9.556)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos		44.359	3.218	83.237	(17.611)	44.527	3.920	84.249	(15.806)
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(8.298)	-	(18.632)	-	(8.954)	(2.759)	(20.053)	(5.061)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(4.568)	(2.035)	(5.801)	5.235	(4.134)	22	(5.467)	8.491
Lucro (Prejuízo) do período		31.493	1.183	58.804	(12.376)	31.439	1.183	58.729	(12.376)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos:									
Acionistas Controladores						31.493	1.183	58.804	(12.376)
Acionistas Não Controladores						(54)	-	(75)	-
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - R$	23	0,15	0,01	0,28	(0,06)	0,15	0,01	0,28	(0,06)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Lucro (Prejuízo) do período	31.493	1.183	58.804	(12.376)	31.439	1.183	58.729	(12.376)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	31.493	1.183	58.804	(12.376)	31.439	1.183	58.729	(12.376)
Resultado abrangente total atribuído aos:								
Acionistas controladores	-	-	-	-	31.493	1.183	58.804	(12.376)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	(54)	-	(75)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social subscrito	Reservas de capital		Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total atribuível aos Acionistas Controladores	Participação de não Controladores	Total
			Prêmio de opções de ações	Custo com emissão de ações	Reserva Legal						
Em 31 de dezembro de 2019		1.089.379	56.357	(18.448)	10.295	(20.287)	(9.923)	-	1.107.373	-	-
Dividendos/JCP		-	-	-	-	-	-	3	3	-	-
Prêmio de opções de ações		263	(470)	-	-	5.231	-	(4.691)	333	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	(12.376)	(12.376)	-	-
Em 30 de setembro de 2020		1.089.642	55.887	(18.448)	10.295	(15.056)	(9.923)	(17.064)	1.095.333	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		1.089.642	57.036	(18.448)	860	(15.056)	(16.135)	-	1.097.899	-	1.097.899
Aumento de capital social	21.a	694	-	-	-	-	-	-	694	-	694
Prêmio de opções de ações		-	3.442	-	-	-	-	-	3.442	-	3.442
Compra de ações		-	-	-	-	(46.863)	-	-	(46.863)	-	(46.863)
Adição de minoritário em função de combinação de negócios		-	-	-	-	-	-	-	-	2.335	2.335
Lucro do período		-	-	-	-	-	-	58.804	58.804		58.804
Destinação Resultado do Período											
Juros sobre capital próprio e dividendos		-	-	-	-	-	-	(25.947)	(25.947)	-	(25.947)
Em 30 de setembro de 2021		1.090.336	60.478	(18.448)	860	(61.919)	(16.135)	32.857	1.088.029	2.335	1.090.364

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucros (prejuízo) do período	58.804	(12.376)	58.804	(12.376)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	101.971	90.016	108.684	113.856
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.801	(5.235)	5.467	(8.491)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.110)	(1.780)	(2.740)	(672)
Provisão para despesa com opções de ações	3.442	2.288	3.442	2.288
Benefícios Pós-Emprego	745	786	745	786
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	4.107	16.764	4.499	17.990
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	10.848	7.448	11.197	8.996
Juros sobre arrendamentos	3.132	3.287	3.252	3.477
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	4.175	2.524	5.961	5.595
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	-	151	-	151
Provisão para estoques de giro lento	(1.133)	1.943	(1.201)	1.593
Provisão para participação nos resultados	8.066	3.615	6.992	4.318
Resultado de participações em investimentos	1.649	(2.648)	-	-
Outras provisões (reversões)	1.060	(168)	1.324	(710)
(Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:				
Contas a receber	(37.944)	(20.540)	(36.241)	3.500
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(31.545)	(400)	(31.635)	(490)
Estoques	(35.773)	(7.796)	(36.826)	(8.916)
Tributos a recuperar	(3.915)	366	(3.256)	1.163
IRPJ e CSLL a compensar	(799)	1.413	(1.368)	1.167
Depósitos judiciais	(532)	179	(1.239)	179
Outros ativos	(905)	(318)	(167)	(962)
Fornecedores	13.261	2.475	15.353	6.572
Salários e encargos sociais	9.710	693	9.557	(819)
Participação nos resultados	(5.969)	(5.856)	(6.149)	(8.581)
Tributos a pagar	17.947	7.439	19.427	12.349
Outros passivos	146	(140)	26	(258)
Processos judiciais liquidados	(3.198)	(1.915)	(3.762)	(2.054)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.324)	-	(16.010)	(4.298)
Juros pagos	(6.879)	(25.700)	(8.204)	(27.461)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	99.838	56.515	105.932	107.892
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de caixa decorrente de incorporação de controlada	-	-	(5.100)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado, bens de uso próprio e intangível	(19.540)	(6.920)	(19.540)	(7.078)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(19.540)	(6.920)	(24.640)	(7.078)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Aumento de capital	694	263	694	263
Depósitos bancários vinculados	(7.400)	-	(7.400)	-
Captação e (custas) de empréstimos e debêntures	(478)	97.947	(328)	97.947
Aquisição de ações em tesouraria	(46.862)	-	(46.862)	-
JCP e dividendos pagos	(24.123)	-	(24.123)	-
Amortização de empréstimos e debêntures	(28.847)	(38.897)	(45.399)	(46.710)
Arrendamento pagos	(15.669)	(11.690)	(16.429)	(15.006)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(122.685)	47.623	(139.847)	36.494
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO	(42.387)	97.218	(58.555)	137.308
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	285.993	73.656	378.905	124.910
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	243.606	170.874	320.350	262.218
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO	(42.387)	97.218	(58.555)	137.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE VALORES ADICIONADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receitas:				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	558.983	307.450	593.206	421.982
Cancelamentos e descontos	(19.072)	(13.698)	(22.068)	(24.879)
Outras receitas	1.047	993	2.110	2.018
Provisão para perda de créditos esperadas	(4.175)	(2.524)	(5.961)	(5.595)
	536.783	292.221	567.287	393.526
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(4.666)	(2.585)	(15.254)	6.747
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(159.075)	(73.805)	(154.855)	(103.759)
Baixa de ativos	(4.107)	(16.764)	(4.499)	(18.040)
Valor adicionado bruto	368.935	199.067	392.679	278.474
Depreciação, amortização e exaustão	(101.971)	(90.016)	(108.684)	(113.856)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	266.964	109.051	283.995	164.618
Valor adicionado recebido em transferência:				
Receitas financeiras	12.089	5.751	18.159	11.497
Resultado de equivalência patrimonial	(1.649)	2.648	-	-
Valor adicionado total a distribuir	277.404	117.450	302.154	176.115
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	101.721	68.021	103.283	88.627
Remuneração direta	81.679	52.987	82.269	67.702
Benefícios	15.337	11.197	16.178	15.987
FGTS	4.705	3.837	4.836	4.938
Impostos, taxas e contribuições	93.549	31.887	101.868	52.172
Federais	91.821	30.379	97.763	48.063
Estaduais	961	705	3.292	3.064
Municipais	767	803	813	1.045
Remuneração sobre o capital de terceiros	23.330	29.918	38.274	47.692
Juros e variações cambiais	17.763	12.660	23.575	20.572
Aluguéis	5.567	17.258	14.699	27.120
Remuneração de capitais próprios	58.804	(12.376)	58.729	(12.376)
Juros sobre capital próprio	17.883	-	17.883	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.064		8.064	
Lucro (Prejuízo) do período	32.857	(12.376)	32.857	(12.376)
Participação de não controladores	-	-	(75)	-
Valor adicionado distribuído	277.404	117.450	302.154	176.115

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.

b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.

c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.

b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração e monitorados pelo pessoal chave, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental (nota explicativa nº 27).

1.1. Impactos COVID-19

Com as notícias e evolução da COVID-19 no mundo no início do ano de 2020, fizemos um planejamento dos principais insumos que necessitaríamos para os próximos meses e adquirimos alguns deles em maior quantidade, como peças de reposição, EPIs, máscaras, etc. Até o momento, nossas atividades de locação não foram impactadas de forma relevante pela falta de insumos, mas trabalhamos na ampliação do nosso estoque para mitigar o risco de um evento como esse ocorrer, bem como para ter peças de reposição disponíveis para fazer frente ao ritmo de liberação de equipamentos.

Evidentemente, essa crise ainda pode provocar um aumento de preços de insumos, principalmente daqueles dolarizados e também eventual default de alguns fornecedores em função da gravidade da situação. Entretanto, os principais fornecedores de peças da Rental, principal unidade de negócio da Companhia, são empresas de grande porte e de classe mundial, o que traz maior resiliência. Adicionalmente, os preços de locação praticados pela Rental, apesar de ser em R$, são estabelecidos levando-se em consideração o valor de reposição do equipamento em USD, o que quer dizer que, no médio prazo, deverá ocorrer também um aumento de preços de locação visando a manter a rentabilidade do negócio, o que consequentemente serve de “hedge” para um eventual aumento de preços de insumos.

1.2. Reorganização Societária

AQUISIÇÃO DA SK RENTAL LOCAÇÃO EQUIPAMENTOS LTDA.

Em 8 de abril de 2021, a Companhia celebrou um acordo de compra e venda de cotas e outras avenças para adquirir a integralidade das cotas representativas do capital social da SK Rental Locação Equipamentos Ltda.

Fundada em 2010, a SK Rental do Brasil é uma empresa do Grupo Sigdo Koppers, com forte atuação na região sul do país, base de clientes com destaque em suas áreas de atuação, frota de mais de 300 equipamentos e certificada em sistemas de gestão, qualidade e em segurança e saúde ocupacional, estando entre as principais e mais respeitadas companhias de locação de plataformas aéreas do país.

O valor da Transação é de R$80 milhões, a ser reajustado pelo IPCA e a ser pago na data do Closing.

A aquisição da SK Rental do Brasil está alinhada aos objetivos estratégicos da Mills relacionados à melhoria da experiência dos clientes, crescimento, consolidação e penetração de mercado.

Até o período findo em 30 de setembro de 2021, esta aquisição está sujeita, ainda, ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais neste tipo de operação, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme nota explicativa nº 31.2, por consequência não existem impactos contábeis nesse trimestre findo em 30 de setembro de 2021 por conta dessa aquisição.

AQUISIÇÃO DA NEST LOCAÇÃO E REVENDA DE MÁQUINAS LTDA.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia por meio de sua subsidiária integral, Solaris Equipamentos e Serviços S.A. (“Solaris”), celebrou um contrato de investimento, compra e venda de cotas e outras avenças para adquirir 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda (“Nest Rental”). A contraprestação foi realizada em 30 de abril de 2021, conforme previsto em contrato.

A Nest Rental foi fundada em 2018 e atua no segmento de Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura), oferecendo equipamentos compactos, leves, fáceis de transportar, de manutenção simples e que substituem escadas com maior segurança e produtividade, apresentando, assim, grande capacidade de se tornar cada vez mais presente no dia a dia de pessoas e empresas. A Nest Rental possui exclusividade da JLG no fornecimento desses equipamentos no Brasil e tem um modelo de negócio que pode ser acelerado pela web, além de vendas on-line e estações de compartilhamento para locação dos equipamentos, o que demonstra a vocação da Nest Rental para inovação no setor. Dessa forma, além de aumentar o foco nessa família de equipamentos, a Mills também busca com a operação fortalecer as iniciativas relacionadas à transformação digital, tendo a Nest Rental como uma alavanca de inovação, por meio da qual fomentará a evolução de processos, de soluções automatizadas e a implementação de novas facilidades para os clientes, visando melhorar cada vez mais a sua experiência na locação.

A aquisição pela Solaris está alinhada à estratégia da Mills de buscar concentrar os negócios não core nessa controlada.

a) Contraprestação transferida

A Solaris adquiriu 616.350 (seiscentas e dezesseis mil trezentos e cinquenta) cotas representativas do capital da Nest Rental com tudo o que tais cotas representam livres e desembaraçadas de qualquer ônus, pelo montante de R$2.100 (dois milhões e cem mil reais), conforme acordo de investimento celebrado entre as partes. De forma concomitante, os sócios decidem fazer aporte de R$3.000 (três milhões de reais), sendo:

(i) R$880,5 (oitocentos e oitenta mil e quinhentos reais) a título de aumento de capital social que passará de R$2.054 (dois milhões cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) para R$2.935 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil reais), mediante a emissão de 880.500 (oitocentas e oitenta mil e quinhentas) cotas, livres e desembaraçadas de qualquer ônus, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas pela Solaris.

(ii) R$2.119 (dois milhões cento e dezenove mil e quinhentos) a título de ágio na emissão de cotas, com o subsequente aumento de capital para capitalização da reserva, e consequente emissão de 2.119.500 (dois milhões cento e dezenove mil e quinhentas) novas cotas com valor nominal de R$1,00 (um real) cada, passando dos atuais R$2.935 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil reais), dividido em 2.935.000 (dois milhões novecentas e trinta e cinco mil) cotas com valor nominal de R$1,00 (um real) cada, para R$5.054 (cinco milhões e cinquenta e quatro mil e quinhentos reais), dividido em 5.054.500 (cinco milhões e cinquenta e quatro mil e quinhentas) cotas com valor nominal de R$1,00 cada.

Essas novas cotas foram totalmente subscritas e integralizadas, sendo distribuídas na seguinte proporção:

Quotista	Cotas	Valor (R$ mil)	%
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	2.577.796	2.578	51,0%
Paulo Eduardo Martins Esteves	1.238.352	1.238	24,5%
MAC Empresarial Ltda.	1.238.352	1.238	24,5%
Total	5.054.500	5.054	100%

b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da Nest Rental foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro de alocação do preço pago, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Nest Rental:

Ativo	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes	Valor justo
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	139	-	139
Contas a receber	282	-	282
Estoques	229	-	229
Impostos a recuperar	2	-	2
Outros ativos	12	-	12
Não circulante			
Imobilizado	2.535	950	3.485
Intangível	-	148	148
Valor dos ativos adquiridos	3.199	1.098	4.297

Passivo	Valor contábil na data da aquisição	Ajustes	Valor justo
Circulante			
Fornecedores	343	-	343
Empréstimos e financiamentos	410	-	410
Impostos a pagar	17	-	17
Salários, benefícios e encargos sociais a pagar	2	-	2
Outras passivos	29	-	29
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	439	-	439
Valor dos passivos assumidos	1.240	-	1.240
Valor líquido dos ativos adquiridos	1.959	1.098	3.057
Distribuição do valor justo dos ativos adquiridos:			
Total			51%
Valor contábil dos ativos líquidos	1.959	-	999
Aumento de Capital	880	-	449
Ágio na emissão de cotas	2.120	-	1.081
Valor contábil dos ativos líquidos após aumento de capital	4.959	-	2.529
Mais-valia do ativo imobilizado (i)	950	-	485
Mais-valia do ativo intangível (ii)	148		75
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwil*")	-	-	2.011
Contraprestação transferida	-	-	(5.100)

(i) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Nest Rental, emitido por empresa de avaliação independente, detalhou um ajuste a valor justo no montante de R$950, sendo R$484 proporcional a participação da Solaris de 51%, relacionado à mais-valia de máquinas e equipamentos. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a idade operacional e o valor residual dos bens. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 10).

(ii) O laudo de avaliação dos ativos líquidos da Nest Rental, emitido por empresa de avaliação independente, também detalhou um ajuste a valor justo no montante de R$148, sendo R$75 proporcional a participação da Solaris de 51%, relacionado à mais-valia de carteira de clientes. Essa mais-valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se a carteira de clientes de, aproximadamente 145 empresas, esse relacionamento foi considerado um intangível na data base do laudo, uma vez que é estável e recorrente, enquadrando-se na definição de carteira de cliente. Nas demonstrações financeiras individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como intangível (vide nota explicativa nº 11).

c) Mensuração do valor justo

A contabilização inicial da aquisição foi preliminarmente apurada no trimestre findo em 30 de junho de 2021 com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra.
Essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

A técnica de avaliação utilizada para mensurar o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos foi a seguinte:

Ativos adquiridos	Método de avaliação
Carteira de clientes	Para calcular o valor do intangível da carteira de clientes, foi utilizada a metodologia MPEEM, com a identificação dos ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica destes ativos. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo intangível específico do fluxo de caixa total. Nesse método, são feitos débitos contra o lucro líquido total, pelo uso dos ativos contribuintes, e o lucro excedente é alocado ao ativo intangível em avaliação. O lucro atribuído a cada carteira de clientes (lucro líquido menos os diversos retornos) foi trazido a valor presente a taxa de 17,5% e os valores resultantes foram somados.
Máquinas e equipamentos	Para a avaliação foram utilizadas as planilhas fornecidas pela adquirente, das quais foram coletados marca, modelo, número de série, ano de fabricação e capacidade. O valor de reposição e o valor justo desses bens foram determinados a partir de pesquisas de mercado e cotações junto a fornecedores do seguimento. Para identificação da depreciação, além das características observadas, também foram consideradas vida útil, a vida transcorrida, valores residuais, estado de conservação e a obsolescência do bem.

1.3. Busca e apreensão de material na sede da Companhia

Conforme fato relevante divulgado em 23 de setembro de 2020, a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão em sua sede, em cumprimento à ordem judicial proferida pela Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte, em decorrência de processo que tramita em segredo de justiça e que apura possíveis irregularidades na construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais, especificamente entre os anos de 2007 a 2010. A Companhia, que forneceu equipamentos para a realização da obra e desconhecia o processo até então, após o cumprimento da ordem relatada, não foi mais requerida a fornecer informações. Em dezembro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor de dezesseis pessoas referente ao tema, nenhuma delas com vínculo passado ou presente junto à Mills.

Em paralelo a esse contexto, foi criado pela Companhia um Comitê de Investigação subordinado ao Conselho de Administração, no intuito de auxiliar com a apuração dos fatos. Para fins de assessoramento técnico, também foi contratado um escritório de advocacia especializado em “compliance” e uma empresa de auditoria forense. Após uma extensa apuração, nenhum ato ilegal ou violação foi identificado ou evidenciado que pudessem sugerir ou demonstrar a participação de colaboradores ou ex-colaboradores da Companhia.

Até o momento, todas as medidas judiciais passíveis de serem manejadas pela Companhia foram executadas. A Companhia segue à disposição das autoridades para colaborar com qualquer apuração, sempre que necessário.

1.4. Amortização de Ágio na apuração de IRPJ e CSLL

As Autoridades Fiscais notificaram a Solaris Equipamentos e Serviços S.A. (“Controlada”), em 1º de setembro de 2021, por meio de decisão da impugnação apresentada ao auto de infração referente ao processo administrativo nº 11274.720224/2020-90, a exigência do recolhimento de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício (75%), multa isolada (50%), por ausência de recolhimento de estimativas, e juros de mora, no valor total de R$5.886 mil. De acordo com a tese sustentada pelas Autoridades Fiscais, a Controlada não poderia ter excluído, na apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, dos anos de 2015 a 2018, as parcelas relativas ao ágio originado da aquisição de suas ações pela SCG IIIA Holding Ltda. A Controlada apresentou tempestivamente, em 01 de outubro de 2021, por meio de seus advogados, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para combater ao referido auto de infração, contestando todas as alegações sobre os supostos tributos exigíveis. A classificação de risco foi considerada pelos advogados como possível. O período de 2019 não foi incluído na apuração dos supostos tributos exigíveis, e considerando a hipótese de haver interpretação semelhante à atual com lavratura de novo auto de infração por parte das Autoridades Fiscais, ainda haveria um risco potencial de aproximadamente R$760 mil.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, estão sendo apresentadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais IAS 34 – “Interim Financial Reporting emitida pelo IASB - International Accounting Standards Board”.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2020, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM n° 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir, apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2020), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período findo em 30 de setembro de 2021, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 30 de setembro de 2021 são as de "Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas" e "Gestão de risco financeiro", refletidas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (notas explicativas nº 3 e nº 4, respectivamente).

Tais demonstrações financeiras anuais foram publicadas na CVM no dia 17 de março de 2021 e no dia 26 de março de 2021 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.2. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, divulgadas nas notas explicativas nº 2 e nº 3.

2.3. Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas compreendem as informações trimestrais da controladora e de suas controladas, utilizando-se a mesma data base e as mesmas práticas contábeis entre a controladora e a controlada.

O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do período:

			Participação - %	
Nome da controlada	Principal atividade	Controle	30/09/2021	31/12/2020
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	Direto	100%	100%
Nest Locação e Revenda de Máquinas Ltda	Locação de Plataformas Low Level Access (até 6 metros de altura)	Indireto (*)	51%	-

(*) Controle direto pela subsidiária Solaris Equipamentos e Serviços S.A. conforme nota explicativa 1.2

No processo de consolidação das informações trimestrais são contempladas as seguintes eliminações:

(i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas.

(ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas.

(iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	2.334	1.170	2.803	1.199
Depósitos bancários vinculados (*)	7.400	-	7.400	-
Aplicações financeiras	241.272	284.823	317.547	377.706
	251.006	285.993	327.750	378.905

(*) O valor de R$7.400 está restrito para fins de pagamento de dívida em 30 de setembro de 2021, referente a terceira parcela da 5ª emissão de debêntures liquidada em outubro de 2021.

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de setembro de 2021, as aplicações financeiras referem-se certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,94%, em 31 de dezembro de 2020).

4. CONTAS A RECEBER DE TERCEIROS

	Controladora					
	30/09/2021			31/12/2020		
Unidade de negócio	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	61.331	(40.138)	21.193	62.891	(46.152)	16.739
Rental	134.875	(34.432)	100.443	104.260	(38.521)	65.739
	196.206	(74.570)	121.636	167.151	(84.673)	82.478
Circulante	151.074	(29.438)	121.636	109.338	(26.860)	82.478
Não circulante	45.132	(45.132)	-	57.813	(57.813)	-

	Consolidado					
	30/09/2021			31/12/2020		
Unidade de negócio	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	61.331	(40.138)	21.193	62.891	(46.152)	16.739
Rental	164.546	(55.024)	109.522	145.069	(61.432)	83.637
	225.877	(95.162)	130.715	207.960	(107.584)	100.376
Circulante	163.119	(32.404)	130.715	132.546	(32.170)	100.376
Não circulante	62.758	(62.758)	-	75.414	(75.414)	-

As movimentações, no período findo em 30 de setembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	(84.673)	(109.387)	(107.584)	(135.323)
Impacto líquido de PCE no resultado	(4.175)	(407)	(5.961)	(3.147)
Provisão	(5.282)	(29.711)	(7.167)	(34.756)
Reversão	1.107	29.304	1.206	31.609
Baixas (*)	14.278	25.121	18.383	30.886
	(74.570)	(84.673)	(95.162)	(107.584)

(*) No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R$18.383 no consolidado (R$14.278 na controladora) que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	116.606	87.504	122.683	100.159
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	2.317	1.619	2.317	1.619
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	15.128	13.330	16.478	16.889
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	5.064	1.961	5.943	3.039
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	3.738	877	4.965	2.064
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	8.224	4.046	10.627	8.778
Vencidos acima de 360 dias (*)	45.129	57.814	62.864	75.412
	196.206	167.151	225.877	207.960

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Mercadorias para revenda	1.337	1.350	1.627	86
Peças de reposição e suprimentos	76.883	39.742	84.295	48.607
Provisão para estoques de giro lento (*)	(3.734)	(4.867)	(6.778)	(7.979)
	74.486	36.225	79.144	40.714

(*) Itens dos estoques sem movimentação há mais de um ano.

Provisão para estoques de giro lento	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2020	(4.867)	(7.979)
Provisão	(2.492)	(2.505)
Reversão	3.625	3.706
Saldos em 30/09/2021	(3.734)	(6.778)

Os estoques de peças de reposição destinam-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo seu custo médio.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a recuperar (*)	1.214	415	7.184	5.815
PIS e COFINS a recuperar (**)	6.373	2.105	7.598	3.880
ICMS a recuperar (***)	152	505	896	1.257
Outros	346	347	518	618
	8.085	3.372	16.196	11.570
Circulante	8.084	3.371	16.122	11.221
Não Circulante	1	1	74	349

(*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais até 31 de dezembro de 2021.

(**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos. A segregação entre circulante e não circulante considera a compensação esperada durante o período.

A empresa ingressou com uma ação no Judiciário em 2 de dezembro de 2016, visando a garantir a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, houve o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao tema, garantido aos contribuintes esse direito. Entretanto por meio de embargos de declaração, foi solicitada a modulação da referida decisão. A Companhia, obteve em 25 de novembro de 2020 o trânsito em julgado de sua ação. Conservadoramente, entendeu que não deveria fazer o registro do crédito enquanto a modulação não fosse definida pelo STF. Com a modulação definida, que considerou que a base de cálculo deveria ser o débito do ICMS e não o eventual saldo devedor, além de definir que abrangeria o passado, o início da ação. Foi feita a apuração do crédito, onde se chegou a um valor atualizado de R$4.429 mil, que foi devidamente habilitado na Receita Federal do Brasil. Sendo assim, a contabilização foi efetuada em setembro de 2021, sendo R$2.908 registrado como outras receitas operacionais e R$1.521 registrado como reflexo financeiro da atualização desses créditos desde a sua origem. Esses créditos serão objeto de compensação com os débitos de PIS e COFINS em outubro e novembro de 2021, e por consequência foram registrados integralmente como ativo circulante.

(***) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

7. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos das contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação, e sim comercializados a terceiros.

O Pronunciamento Técnico CPC 31 (IFRS 5), determina que um ativo não circulante deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda. Em junho de 2020, conforme instrumento particular de dação em pagamento em cumprimento a plano de recuperação judicial de cliente inadimplente, a Companhia aprovou o recebimento de bens móveis para fins de quitação de crédito no montante de R$18.906, partindo da premissa que a venda dos referidos bens seria efetivada em até 90 dias, a contar da transferência da propriedade dos mesmos. Deste acordo, há o valor residual líquido de R$3.042 em negociação para venda.

	Controladora e Consolidado (*)	
	30/09/2021	31/12/2020
Ativos mantidos para venda	11.912	13.227
Perda por desvalorização de ativo (i)	(2.955)	(2.955)
	8.957	10.272

(*) Os saldos apresentados em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são integralmente registrados na controladora.

A provisão por perda por desvalorização de ativo disponível a venda, que é avaliada anualmente, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado desses ativos em 31 de dezembro, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

8. ATIVO FINANCEIRO PELO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares ("Rohr") por R$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 30 de setembro de 2021, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2020 e exercícios anteriores.

b) Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado (15,6% de taxa de desconto entre os anos de 2021 a 2023 e de 14,9% em diante, inclusive na perpetuidade em 31 de dezembro de 2020) pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil.

A avaliação do valor justo é realizada ao final de cada exercício findo em 31 de dezembro, e como não houve alterações significativas nas condições analisadas anteriormente, a Administração entende que não há indicadores de alteração no valor justo estimado do investimento na Rohr em 30 de setembro de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, o qual é de R$39.341.

9. INVESTIMENTOS

a) Ativos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

SOLARIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS S.A.

A Solaris Equipamentos é um empresa de capital fechado, controlada pela Companhia e tem como objeto social a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes e a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

	Solaris Equipamentos	
Informações da controlada	30/09/2021	31/12/2020
Participação - %	100%	100%

Informações da controlada	Solaris Equipamentos 30/09/2021	31/12/2020
Ativo circulante	101.616	127.191
Ativo não circulante	91.176	103.034
Passivo circulante	21.565	39.840
Passivo não circulante	5.007	9.683
Patrimônio líquido	166.220	180.702
Receitas	34.782	142.531
Custos e despesas	(32.575)	(138.456)
Lucro antes dos impostos	2.207	4.075
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(993)	(4.157)
Resultado do período	1.214	(82)

Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	301.061
Redução de investimento (b)	(15.695)
Amortização e depreciação de mais valia de imobilizado e intangível	(2.836)
Outros resultados	(27)
Resultado do período	1.214
Saldo em 30 de setembro de 2021	283.717

NEST LOCAÇÃO E REVENDA DE MÁQUINAS LTDA.

A Nest é uma sociedade limitada, controlada pela subsidiária integral da Companhia, Solaris Equipamentos e Serviços S.A., e tem como objeto social o comércio de máquinas e equipamentos para uso doméstico e profissional; locação de máquinas e equipamentos para uso doméstico e profissional; manutenção de máquinas e equipamentos; e treinamento e desenvolvimento profissional, em manutenção de máquinas e equipamentos próprios.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor contábil.

Informações da controlada	Nest 30/09/2021
Participação Solaris - %	51%
Ativo circulante	1.356
Ativo não circulante	5.211
Passivo circulante	1.558
Passivo não circulante	243
Patrimônio líquido	4.766

Informações da controlada	Nest 30/09/2021
Receitas	1.096
Custos e despesas	(1.155)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(59)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(94)
Resultado entre a data de aquisição e 30 de setembro de 2021	(153)

Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Aquisição de participação em controlada	2.528
Ágio (goodwill)	2.011
Mais valia de imobilizado e intangível	560
Amortização e depreciação de mais valia de imobilizado e intangível	(48)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquido sobre mais valia	175
Resultado do período	(78)
Saldo em 30 de setembro de 2021	5.148

Desde a data da aquisição, a Nest Rental contribuiu para a Companhia com receitas de R$560 e prejuízo líquido de R$78 para as demonstrações financeiras da Companhia. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do período, as receitas totalizariam R$1.620 e o prejuízo das operações seria de R$46.

b) Redução de capital em controlada

Após a aquisição da Solaris, como parte da estratégia para captura de sinergias, a Administração passou a realizar reduções de capital (vide nota explicativa 10) por meio de cessão de equipamentos de locação, estoques, móveis/utensílios e benfeitorias nas filiais onde a Companhia e sua controlada possuíam a mesma atuação geográfica. Essas reduções foram realizadas considerando o valor contábil dos bens nas respectivas datas em que ocorreram.

Filial	Data	Equipamentos de locação	Estoque	Móveis/ utensílios e benfeitorias	Total
São Luis	15-out-19	3.061	236	12	3.309
Serra	30-jan-20	2.137	129	81	2.347
Maracanaú	11-mar-20	5.125	308	10	5.443
Uberlândia	24-mar-20	8.178	304	34	8.516
Cabo de Santo Agostinho	5-jun-20	4.568	210	3	4.781
Cachoeirinha	9-jul-20	3.855	253	2	4.110
Camaçari	3-ago-20	6.647	578	27	7.252
Brasília	20-ago-20	2.680	249	-	2.929
Curicica	26-ago-20	4.478	605	327	5.410
Parauapebas	8-set-20	6.695	378	37	7.110
Contagem	14-set-20	12.871	814	23	13.708
Campinas	21-set-20	6.082	360	4	6.446
Cravinhos	06-out-20	6.080	475	52	6.607
São José dos Pinhais	13-out-20	9.669	466	10	10.145
Osasco	13-nov-20	11.756	6.375	2.561	20.692
Total até 31/12/2020		93.882	11.740	3.183	108.805
Barcarena	21-jan-21	1.485	88	26	1.599
Vila Olímpia	25-jan-21	-	-	424	424
Macaé	25-fev-21	4.831	576	9	5.416
Goiânia	22-mar-21	4.062	433	85	4.580
Taubaté	23-set-21	3.382	256	38	3.676
Total até 30/09/2021		13.760	1.353	582	15.695
Total		107.642	13.093	3.765	124.500

10. IMOBILIZADO

Custo do imobilizado bruto	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.033.015	283	1.033.298	19.630	22.959	14.756	1.397	9.946	11.164	60.107	4.074	68	144.101	1.177.399
Aquisição	2.154	-	2.154	807	-	1.273	368	203	331	-	-	2.081	5.063	7.217
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.110	7.461	-	13.571	13.571
Adição por redução de capital em controlada	306.144	-	306.144	5.021	-	1.891	350	38	2.843	-	-	-	10.142	316.286
Baixa/alienação	(43.822)	-	(43.822)	(342)	(1.842)	(448)	(349)	-	(8)	(199)	-	-	(3.188)	(47.011)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(45)	-	(45)	-	-	-	-		-	-	-	-	-	(45)
Transferência	283	(283)	-	120	-	-	-	91	-	-	-	(211)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.297.729	-	1.297.729	25.235	21.117	17.472	1.766	10.277	14.330	66.018	11.535	1.938	169.688	1.467.417
Aquisição	8.724	22.822	31.546	1.345	-	3.901	305	-	892	-	-	7.107	13.550	45.096
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.209	2.406	-	11.615	11.615
Adição por redução de capital em controlada	63.422	-	63.422	628	-	495	-	-	50	-	-	-	1.173	64.595
Baixa/alienação	(49.788)	-	(49.788)	-	-	(30)	(761)	-	(5)	-	-	-	(796)	(50.584)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(113)	-	(113)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		(113)
Transferência	22.822	(22.822)	-	1.682	-	-		-	-	-	-	(1.424)	258	258
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.342.796	-	1.342.796	28.890	21.117	21.838	1.310	10.277	15.267	75.227	13.941	7.621	195.488	1.538.284

Depreciação acumulada	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(723.489)	-	(723.489)	(9.290)	(4.619)	(14.529)	(1.034)	(5.429)	(8.118)	(10.857)	(2.243)	-	(56.119)	(779.608)
Depreciação	(101.749)	-	(101.749)	(2.023)	(617)	(214)	(153)	(880)	(793)	(10.904)	(2.174)	-	(17.758)	(119.507)
Adição por redução de capital em controlada	(214.620)	-	(214.620)	(3.890)	-	(1.500)	(350)	(2)	(2.198)	-	-	-	(7.940)	(222.560)
Baixa	38.047	-	38.047	178	-	448	256	-	6	199	-	-	1.087	39.134
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.001.811)	-	(1.001.811)	(15.231)	(5.236)	(15.795)	(1.281)	(6.401)	(11.103)	(21.562)	(4.417)	-	(81.026)	(1.082.837)
Depreciação	(82.690)	-	(82.690)	(1.761)	(463)	(572)	(117)	(656)	(638)	(9.314)	(2.463)	-	(15.984)	(98.674)
Adição por redução de capital em controlada	(49.662)	-	(49.662)	(480)	-	(252)	-	-	(10)	-	-	-	(742)	(50.404)
Baixa/alienação	47.335	-	47.335	-	-	30	565	-	5	(511)	-	-	89	47.424
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(180)	-	-	-	(67)	-	-	-	-	(247)	(247)
Saldos em 30 de setembro de 2021	(1.086.828)	-	(1.086.828)	(17.652)	(5.699)	(16.589)	(833)	(7.124)	(11.746)	(31.387)	(6.880)	-	(97.910)	(1.184.738)
Taxas anuais de depreciação - %	10 - 12 - 15	-	-	De acordo com o contrato de locação	4	20	20	10	10	-	-	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2020	295.918	-	295.918	10.004	15.881	1.677	485	3.876	3.227	44.456	7.118	1.938	88.662	384.580
Saldo em 30 de setembro de 2021	255.968	-	255.968	11.238	15.418	5.249	477	3.153	3.521	43.840	7.061	7.621	97.578	353.546

Custo do imobilizado bruto	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.480.141	6.604	1.486.745	26.546	22.959	17.247	2.459	10.548	14.163	67.946	7.549	68	169.485	1.656.232
Aquisição	3.651	202	3.853	889	-	1.273	368	203	414	-	-	2.081	5.228	9.081
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.825	6.204	-	12.029	12.029
Baixa/alienação	(59.157)	(117)	(59.274)	(1.040)	(1.842)	(468)	(457)	(560)	(79)	(199)	-	-	(4.645)	(63.919)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	1.260	(517)	743	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	743
Transferência	6.061	(6.061)	-	120	-	-	-	91	-	-	-	(211)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.431.956	111	1.432.067	26.515	21.117	18.054	2.370	10.282	14.498	73.572	13.753	1.938	182.099	1.614.166
Adição por aquisição de controlada	2.897	-	2.897	-	-	9	-	31	2	-	-	-	42	2.939
Mais-valia do ativo imobilizado por aquisição de controlada	485	-	485	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	485
Aquisição	11.647	22.822	34.469	1.345	-	3.906	305	-	897	-	-	7.136	13.589	48.058
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.523	2.496	-	13.019	13.019
Baixa/alienação	(52.332)	-	(52.332)	(460)	-	(30)	(788)	(4)	(6)	-	-	-	(1.288)	(53.620)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	(113)	-	(113)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(113)
Transferência	22.821	(22.933)	(112)	1.682	-	-	-	-	112	-	-	(1.424)	370	258
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.417.361	-	1.417.361	29.082	21.117	21.939	1.887	10.309	15.503	84.095	16.249	7.650	207.831	1.625.192

Depreciação acumulada	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	-	(71.623)	(1.079.659)
Mais-valia do ativo imobilizado por aquisição de controlada	110	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110
Depreciação	(125.646)	-	(125.646)	(2.621)	(617)	(490)	(160)	(909)	(944)	(13.409)	(3.043)	-	(22.193)	(147.839)
Baixa/alienação	51.162	-	51.162	768	-	459	364	391	58	199	-	-	2.239	53.401
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.082.410)	-	(1.082.410)	(16.265)	(5.236)	(16.131)	(1.713)	(6.402)	(11.205)	(28.287)	(6.634)	-	(91.873)	(1.174.283)
Adição por aquisição de controlada	(417)	-	(417)	-	-	(4)	-	(7)	-	-	-	-	(11)	(428)
Mais-valia do ativo imobilizado por aquisição de controlada	(2.881)	-	(2.881)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.881)
Depreciação	(85.680)	-	(85.680)	(1.795)	(463)	(575)	(122)	(657)	(651)	(9.983)	(2.467)	-	(16.713)	(102.393)
Baixa/alienação	49.529	-	49.529	422	-	30	592	1	6	(511)	-	-	540	50.069
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(180)	-	-	-	(67)	-	-	-	-	(247)	(247)
Saldos em 30 de setembro de 2021	(1.121.859)	-	(1.121.859)	(17.818)	(5.699)	(16.680)	(1.243)	(7.132)	(11.850)	(38.781)	(9.101)	-	(108.304)	(1.230.163)
Taxas anuais de depreciação - %	10 - 12 - 15	-	-	De acordo com o contrato de locação	4	20	20	10	10	-	-	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349.546	111	349.657	10.250	15.881	1.923	657	3.880	3.293	45.285	7.119	1.938	90.226	439.883
Saldo em 30 de setembro de 2021	295.502	-	295.502	11.264	15.418	5.259	644	3.177	3.653	45.314	7.148	7.650	99.527	395.029

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições acumuladas até 30 de setembro de 2021 por grupamento:

	Controladora	Consolidado
Escoramentos	206	206
Plataformas e manipuladores	30.896	33.664
Geradores	-	66
Compressores	-	89
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	237	237
Máquinas e equipamentos	207	207
Veículos	305	305
Obras em andamento(*)	6.422	6.451
Móveis e utensílios	892	897
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.029	2.029
Computadores e periféricos	3.902	3.907
	45.096	48.058

(*) Serviços de obras, reformas e adequações que ainda não foram concluídas em sua plenitude nas filiais.

A depreciação no período alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas monta em 30 de setembro de 2021 R$84.228 e R$24.456 (31 de dezembro de 2020 R$122.237 e R$28.101), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 13).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

a) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

Considerando o desempenho operacional positivo, a Administração identificou indicadores de "impairment" para as Unidades de Negócio Rental e Construção (UGCs) ao longo de 2020 com base no CPC 01 (IAS 36). Em função disso, efetuou testes cujos resultados não identificaram ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessas Unidades de Negócio a serem constituídos em 31 de dezembro de 2020.

O valor recuperável desse conjunto de ativos das Unidades de Negócio, em 31 de dezembro de 2020, foram determinados com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base em multiplicadores do Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação do IGPM, com ganhos reais de preço. Os custos e despesas foram, em linhas gerais, segregados em fixos e variáveis, sendo os variáveis projetados considerando crescimento de volume mais variação do IPCA e os custos e despesas fixas projetados apenas pela variação do IPCA. Alguns outros itens foram projetados pelo percentual histórico da receita de locação. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado.

Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 10,9% em 2021, 11,1% em 2022 e 10,6% para os demais anos, inclusive na perpetuidade para Construção e 10,3% para todos os anos para a Unidade Rental. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade para a Unidade Construção.

Após a conclusão dos referidos estudos em cada uma das Unidades de Negócio, o valor em uso dos ativos identificados por meio dos fluxos descontados foi superior ao valor contábil, não havendo, assim, a necessidade de constituição de provisão para "impairment" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração não identificou indicadores de "impairment" para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) durante os período findo em 30 de setembro de 2021.

11. INTANGÍVEL

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento(i)	Ágio em investimentos	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	54.143	3.156	2.145	13.376	72.820
Aquisição	1.002	-	4.609	-	5.611
Adição por redução de capital em controlada	1.566	-	-	-	1.566
Transferências	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 30 de dezembro de 2020	58.372	3.156	5.093	13.376	79.997
Aquisição	1.858	-	4.132	-	5.990
Adição por redução de capital em controlada	246	-	-	-	246
Transferências	5.360	-	(5.618)	-	(258)
Saldos em 30 de setembro de 2021	65.836	3.156	3.607	13.376	85.975
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(41.573)	(878)	-	(4.232)	(46.683)
Amortização	(3.789)	-	-	-	(3.789)
Adição por redução de capital em controlada	(95)	-	-	-	(95)
Ajuste crédito PIS e COFINS (*)	(386)	-	-	-	(386)
Saldos em 30 de setembro de 2021	(45.843)	(878)	-	(4.232)	(50.953)
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.799	2.278	5.093	9.144	33.314
Saldos em 30 de setembro de 2021	19.993	2.278	3.607	9.144	35.022

(*) Direito de créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de software conforme julgamento da administração, consubstanciado pelos nossos consultores tributários.

(i) Valor referente a projetos na área de informação, ainda não finalizados, que serão transferidos para o intangível fim, com o respectivo início da amortização, quando concluídos.

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	2.145	101.387	162.673
Aquisição	1.048	-	4.609	-	5.657
Alienação	(5)	-	-	-	(5)
Transferência	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.681	3.164	5.093	101.387	168.325
Mais-valia do ativo Intangível na aquisição de controlada	-	-	-	75	75
Ágio (goodwill) na aquisição de controlada	-	-	-	2.206	2.206
Aquisição	1.858	-	4.132	-	5.990
Alienação	-	-	-	-	-
Transferência	5.360	-	(5.618)	-	(258)
Saldos em 30 de setembro de 2021	65.899	3.164	3.607	103.668	176.338

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	(4.232)	(41.910)
Amortização	(4.484)	-	-	-	(4.484)
Alienação	5	-	-	-	5
Ajuste crédito PIS e COFINS	(439)	-	-	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(41.718)	(878)	-	(4.232)	(46.828)
Amortização mais-valia do ativo Intangível	-	-	-	(3)	(3)
Amortização	(3.792)	-	-	-	(3.792)
Alienação	-	-	-	-	-
Ajuste crédito PIS e COFINS	(387)	-	-	-	(387)
Saldos em 30 de setembro de 2021	(45.897)	(878)	-	(4.235)	(51.010)
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.963	2.286	5.093	97.155	121.497
Saldos em 30 de setembro de 2021	20.002	2.286	3.607	99.433	125.328

a) Provisão para redução ao valor recuperável do ágio em investimentos

O ágio reconhecido na Controladora no valor de R$13.376 é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011,sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 10 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

b) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”)

O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado no consolidado é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o seu reconhecimento inicial, no valor de R$88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do seu valor recuperável. Esse ágio foi gerado na troca de ações quando da aquisição da Solaris e a Administração avaliou junto aos seus assessores legais não considerar dedutível para fins de IR e CS (nota explicativa 1 para o evento do trimestre).

Nas informações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos. A Administração não identificou nenhum fato ou evento que justificasse a necessidade de registrar uma provisão para redução ao valor recuperável dos ágios registrados na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021.

12. CONTAS A PAGAR DE TERCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais - Terceiros	35.563	22.979	41.856	27.492
Fornecedores estrangeiros - Terceiros	694	665	2.471	2.794
	36.257	23.644	44.327	30.286

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos registrados nos estoques, serviços e bens do ativo imobilizado.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados ao Dólar Americano (USD) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos de taxas pré-fixadas de 13,62% a 15,80% a.a. e pós fixadas de 6% a.a. acrescido de CDI, com amortizações em bases mensais até setembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Circulante	-	-	733	4.547
Não circulante	-	-	243	-
	-	-	976	4.547

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2021 são:

Empresa	Instituições financeiras
Nest	Banco de Lage Landen Brasil
Nest	Banco Itaú
Nest	Banco do Brasil

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Garantias concedidas:				
Alienação fiduciária (*)	-	-	1.144	14.049

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos e capital de giro.

As parcelas a vencer ao final do período findo em 30 de setembro de 2021 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
2021	-	733
2022	-	243
	-	976

14. DEBÊNTURES

						Controladora		Consolidado	
Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
1ª emissão - Solaris (i)	Única	80.000	Mar/14	fev/22	100% do CDI + 5%	-	-	9.847	21.630
4ª emissão - Mills (ii)	Única	100.000	Mar/20	Mar/25	CDI + 2,35%	82.802	100.318	82.802	100.318
Custo de emissão						(1.860)	(1.727)	(1.860)	(1.727)
						80.942	98.591	80.942	98.591
5ª emissão - Mills (iii)	Única	84.000	Dez/20	Out/24	CDI + 4,25%	74.291	84.242	74.291	84.242
Custo de emissão						(1.104)	(1.349)	(1.104)	(1.349)
						73.187	82.893	73.187	82.893
Total						154.129	181.484	163.979	203.114
Circulante						46.967	40.124	56.814	57.829
Não circulante						107.162	141.360	107.165	145.285

(i) 1ª emissão de debêntures (controlada - Solaris Equipamentos)

Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R$80.000, valor nominal unitário de R$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de "spread", com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado a celebração de aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A.", de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20 de fevereiro 2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a Controlada apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R$18.716.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

(1) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.

(2) O índice obtido da divisão da Dívida Liquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) nos exercícios sociais até a data de vencimento.

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controlada atingiu todos os covenants as quais estava sujeita. Esses covenants são mensurados a cada encerramento do exercício.

(ii) 4ª emissão de debêntures (Controladora - Mills)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão.

A Emissão foi composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando, portanto, R$100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão foram originalmente destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

Conforme Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de setembro de 2021 (“AGD”) que aprovou a liberação de todos os imóveis objeto do “Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 3 de março de 2020, conforme aditado (“Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel”) mediante, cumulativamente, (i) do aumento do Valor Mínimo de Garantia, conforme definido no “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 3 de março de 2020 (“Contrato de Cessão Fiduciária”), de 10% (dez por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures para 15% (quinze por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, desconsiderando os valores a serem retidos na Conta Vinculada, conforme previsto no item (ii) a seguir, e (ii) da retenção, na Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) de montante equivalente a 5% (cinco por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures; (iii) em razão da aprovação do item (i) foi realizado o pagamento de comissionamento equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures, à título de assessoria prestada pelo Banco.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

(1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 2.

(2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).

(i) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.

(ii) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 30 de setembro de 2021, todos os covenants originais estão sendo cumpridos.

Esses covenants são mensurados a cada encerramento do trimestre.

(iii) 5ª emissão de debêntures (Controladora - Mills)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 15 de setembro de 2020 a emissão de debentures as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor (“Instrução CVM 476” e “Oferta”, respectivamente), por meio do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.” (“Escritura de Emissão”) assim como: (a) alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e bens móveis (“Máquinas e Equipamentos” e “Alienação Fiduciária”), nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária”); e (b) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios oriundos da conta vinculada, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Depositário (conforme abaixo definido), bem como de todo e qualquer montante relacionado aos investimentos permitidos, que foram definidos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) (“Cessão Fiduciária” e, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária, “Garantias Reais”), nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária” e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação 2 Fiduciária, “Contratos de Garantia”, os quais, em conjunto com a presente RCA, a Escritura de Emissão e o Contrato de Depósito, foram denominados “Documentos da Operação”.

Em 4 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração se reuniu para retificar e ratificar a aprovação da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R$84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais).

A Emissão foi composta por 84.000.000 Debêntures com valor nominal unitário de R$1,00, totalizando, portanto, R$84.000.000,00 com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+4,25% ao ano.

Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita foram originalmente destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos, ao reforço de caixa e/ou ao capital de giro da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária de negócio.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

(1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira Líquida (i) pelo EBITDA (iii) deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.

(2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16 (CPC 06).

i. “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada.

ii. “Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

iii. “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 30 de setembro de 2021, todos os covenants originais estão sendo cumpridos.

Esses covenants são mensurados a cada encerramento do trimestre.

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R$284.127.

Em 30 de setembro de 2021, os saldos das debêntures, brutos dos custos de transação, são de R$57.716 no passivo circulante e de R$109.223 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R$56.814 e R$107.162 (em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto de debêntures é de R$58.596 no passivo circulante e de R$147.595 no passivo não circulante, e R$57.829 e R$145.285 líquidos dos custos de transação).

15. ARRENDAMENTOS

Na adoção inicial do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o período findo em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

a) Movimentação do direito de uso - Ativo

	Controladora		Consolidado	
Direito de uso	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Veículos				
Saldo em 1º de janeiro	7.118	1.831	7.118	3.959
Adições/atualizações de contratos	2.685	8.975	2.775	8.975
Baixas	(279)	(1.515)	(279)	(1.553)
Depreciação acumulada	(2.462)	(2.173)	(2.466)	(4.263)
Imobilizado líquido	7.062	7.118	7.148	7.118
Imóveis				
Saldo em 1º de janeiro	44.455	49.250	45.284	52.867
Remensuração (*)	-	-	-	(484)
Adições/ atualizações de contratos	12.041	6.881	13.070	7.321
Baixas	(2.831)	(773)	(2.545)	(1.107)
Depreciação acumulada	(9.824)	(10.903)	(10.493)	(13.313)
Imobilizado líquido	43.841	44.455	45.316	45.284

b) Movimentação do arrendamento - Passivo

	Controladora		Consolidado	
Passivo de arrendamento	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Veículos				
Saldo em 1º de janeiro	7.143	1.890	7.143	3.746
Remensuração (*)	-	-	-	69
Atualização de contratos	2.685	8.975	2.685	8.975
Baixas	(279)	(1.516)	(279)	(1.554)
Pagamentos	(2.787)	(2.340)	(2.787)	(3.737)
Encargos financeiros	533	134	533	(356)
Arrendamentos a pagar - Veículos	7.295	7.143	7.295	7.143
Imóveis				
Saldo em 1º de janeiro	48.472	51.286	49.187	54.908
Remensuração (*)	-	-	-	(484)
Atualização de contratos	12.041	6.881	13.070	7.321
Baixas	(2.831)	(773)	(2.602)	(1.105)
Pagamentos	(12.882)	(13.452)	(13.644)	(16.144)
Encargos financeiros	2.883	4.530	3.021	4.690
Arrendamentos a pagar - Imóveis	47.683	48.472	49.032	49.187
Total arrendamentos a pagar	54.978	55.615	56.327	56.330
Circulante	15.792	14.359	17.141	15.074
Não circulante	39.186	41.256	39.186	41.256

(*) Remensuração calculada no 4º trimestre de 2019 baseada na orientação CVM por meio de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

c) Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

	Taxa a.a.	
Prazos de contrato	Imóveis	Veículos
2021	9,00%	11,00%
2022	34,00%	44,00%
2023	25,00%	44,00%
2024	16,00%	1,00%
2025	10,00%	-
2026	3,00%	-
2027	1,00%	-
2028	1,00%	-
2029	1,00%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 30 de setembro de 2021:

		Controladora		Consolidado	
Prazos de pagamento	Inflação projetada(*)	Imóveis	Veículos	Imóveis	Veículos
2021	3,04%	4.482	936	4.856	936
2022	3,44%	15.778	3.674	16.357	3.674
2023	4,08%	11.435	3.371	11.906	3.371
2024	4,23%	9.603	35	9.675	35
2025	4,43%	8.868	-	8.868	-
2026 a 2028	4,56%	9.891	-	9.891	-
2029 a 2030	4,69%	1.175	-	1.175	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros		61.232	8.016	62.728	8.016
Encargos financeiros embutidos		13.549	721	13.696	721
Fluxo real total dos pagamentos futuros		47.683	7.295	49.032	7.295
Circulante		12.550	3.243	13.899	3.243
Não Circulante		35.133	4.052	35.133	4.052

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Alíquota	Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação		69.248	54.977	70.744	56.326
PIS/COFINS potencial	9,25%	6.405	5.085	6.544	5.210

d) Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Despesa de arrendamento de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor	2.720	1.035	2.775	1.183

16. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b) Remuneração ao pessoal chave

Os montantes referentes à remuneração ao pessoal chave da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2021		30/09/2020		30/09/2021		30/09/2020	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Salários e encargos - Diretoria	2.481	6.796	1.855	7.263	2.481	6.796	1.952	8.046
Honorários do Conselho de Administração	1.026	3.078	960	3.048	1.026	3.078	960	3.048
Participação nos lucros e resultados	565	1.413	126	1.881	-	1.451	840	2.977
Bônus	-	965	-	-	-	965	-	-
Programas de opções de ações	833	2.498	-	6.068	-	-	-	6.068
	4.905	14.750	2.941	18.260	3.507	12.290	3.752	20.139

Esses montantes refletem os benefícios diretos e indiretos, bônus e participações nos lucros, bem como encargos sociais e previdenciários quando aplicáveis, desembolsados ao pessoal chave da Companhia. A Companhia possui em 30 de setembro de 2021 benefícios de médio ou longo prazo oferecidos a esses executivos, conforme notas explicativas 17.b e 17.c.

c) Transações com empresas controladas

Os montantes referentes às transações "intercompany" estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

	30/09/2021			31/12/2020		
Empresa	Contas a receber	Outras contas a receber(*)	Contas a pagar	Contas a receber	Outras contas a receber(*)	Contas a pagar
Solaris Equipamentos	871	-	844	4.914	1.496	390

	30/09/2021		30/09/2020	
Empresa	Receita	Custo	Receita	Custo
Solaris Equipamentos	1.114	8.376	16.516	9.114

(*) valor referente a transações intercompany relacionadas ao rateio de despesas com backoffice e sublocação de imóveis que não ocorreram mais em 2021

Os saldos com a parte relacionada referem-se, basicamente, a sublocação de equipamentos e venda de peças. Essas transações não estão sujeitas a incidência de juros, atualização monetária e prazo de vencimento.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Benefícios plano de saúde pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente no fechamento anual do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e estão reconhecidos nas informações intermediárias conforme o IAS 19 (CPC 33 R1).

	Controladora e Consolidado (*)	
	30/09/2021	31/12/2020
Benefício pós-emprego	12.613	11.868

(*) Os saldos apresentados em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são integralmente registrados na controladora.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

			Opções em milhares			
Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(677)	-
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(260)	-
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(526)	(836)	338

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente ao seu componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os "stock prices" com bases em "valuations" de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R$	Preço do exercício na data de concessão R$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano é fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021.

	30/09/2021	31/12/2020
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e ex-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055

	30/09/2021	31/12/2020
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	106
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	587	587
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	856	856
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	677	677
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	-	-
Número de opções canceladas (milhares)	260	260
Programa 2016:		
Reserva de capital	2.825	2.520
Número de opções a exercer (milhares)	338	558
Número de opções exercidas (milhares)	526	311
Número de opções canceladas (milhares)	836	831
Total registrado como patrimônio (acumulado)	53.211	52.906
Efeito no resultado	305	409

c) Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

			Ações em milhares			
Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858
Programa 2020	14/10/2020	31/12/2022	566	-	-	566

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o "dividend yield" e os "stock prices", tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 14 de outubro de 2020, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários sobre a aprovação do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia 2020 ("Programa de Ações Restritas 2020"), no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia ("Plano de Ações Restritas") aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R$	Preço do exercício na data de concessão R$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2019	7,43	7,44	0,00	55,71%	0,00%	2,36%	29 meses

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R$	Preço do exercício na data de concessão R$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2020	6,11	6,12	0,00	75,89%	0,00%	0,58%	27 meses

	30/09/2021	31/12/2020
Plano 2019:		
Reserva de capital	5.726	3.744
Número de opções a exercer (milhares)	858	858
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Plano 2020:		
Reserva de capital	1.541	386
Número de opções a exercer (milhares)	566	566
Número de opções canceladas (milhares)	-	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	7.267	4.130
Efeito no resultado	3.137	3.028

d) Programa de participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados da Companhia é baseado no atingimento do EBITDA ajustado. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados são elegíveis.

Em 30 de abril de 2021, foi realizado pagamento referente ao programa de participação de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$5.936 na controladora e R$6.116 no consolidado.

Em 31 de maio de 2021, foi realizado pagamento complementar referente ao programa de participação de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$33 na controladora.

Em 30 de setembro de 2021, o valor do passivo registrado é no montante de R$7.962 na controladora e R$8.070 no consolidado (R$5.865 e R$7.226, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020).

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado (**)			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Lucro (Prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição Social	44.359	3.218	83.237	(17.611)	44.510	3.920	84.229	(15.806)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(15.082)	(1.094)	(28.300)	5.988	(15.133)	(1.333)	(28.638)	5.374
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	2.189	(1.089)	3.463	(1.389)	2.114	(1.404)	3.212	(1.944)
Resultado de equivalência patrimonial	27	148	404	-	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(12.866)	(2.035)	(24.433)	5.235	(13.019)	2.737	(25.426)	3.430
Alíquota efetiva	29%	63%	29%	30%	29%	70%	30%	22%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

(**) Não contempla o valor de imposto de renda e contribuição social referente a controlada Nest cuja apuração é trimestral com base no lucro presumido.

b) A movimentação de IR e CS diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	30/09/2021	31/12/2020	Adições	Baixas	30/09/2021
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	(672)	-	-	(672)	(672)	-	-	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)	(2.437)	-	-	(2.437)
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa	(30)	-	-	(30)	(30)	-	-	(30)
Arrendamento financeiro	1.430	-	2	1.432	(4.438)	3.230	2	(1.206)
Atualização de depósito judicial	(1.897)	832	-	(1.065)	(1.897)	832	-	(1.065)
Debêntures	(1.045)	-	38	(1.007)	(1.045)	-	38	(1.007)
Depreciação acelerada	(1.505)	-	564	(941)	(1.873)	-	443	(1.430)
Hedge sobre imobilizado	(158)	-	(10)	(168)	(158)	-	(10)	(168)
Variação cambial ativa - competência	(770)	-	770	0	(771)	-	771	-
Ágio SGC III	-	-	-	-	2.424	-	(1.545)	879
Ajuste a valor justo (Rohr)	3.612	-	-	3.612	3.612	-	-	3.612

	Controladora				Consolidado			
Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	30/09/2021	31/12/2020	Adições	Baixas	30/09/2021
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa (adoção inicial)	36	-	-	36	36	-	-	36
Ajuste PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-	-	588	1.219	-	-	1.219
Arrendamento IFRS 16	1.136	236	-	1.372	1.162	483	(235)	1.410
Benefício pós emprego	507	252	-	759	507	253	-	760
Benefício pós emprego (ajuste inicial)	3.529	-	-	3.529	3.529	-	-	3.529
Gratificações a pagar	1.450	(166)	-	1.284	1.450	(164)	-	1.286
Outras provisões	-	-	-	-	940	224	(864)	300
Perda por desvalorização de ativo	1.002	-	-	1.002	1.003	-	-	1.003
Perdas estimadas por valor não recuperado (Rohr)	12.727	-	-	12.727	12.727	-	-	12.727
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL	187.629	-	(8.135)	179.494	263.019	-	(8.722)	254.297
Provisão de participação nos lucros e resultados	1.994	-	716	2.710	2.287	-	331	2.618
Provisão estoque giro lento	1.655	-	(384)	1.271	2.715	-	(408)	2.307
Provisão para descontos e cancelamentos	384	949	(1.001)	332	384	948	(1.000)	332
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.790	648	-	8.438	9.959	1.255	-	11.214
Provisão para realização crédito ICMS	25	-	(3)	22	25	-	(3)	22
Provisões de custos e despesas	174	(30)	-	144	173	(29)	-	144
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.729	(248)	(1.589)	4.892	8.523	(246)	(1.809)	6.468
“Stock Options”	11.450	1.553	-	13.003	11.450	1.553	-	13.003
Incorporação Sullair	-	-	-	-	-			-
Variação cambial passiva	795	-	(795)	-	795	-	(795)	-
IRPJ e CSLL diferido sobre mais valia na aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	(174)	(174)
	236.128	4.026	(9.827)	230.327	314.618	8.339	(13.980)	308.977

c) Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo dos impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2021 é de R$4.442 (R$4.442 em 31 de dezembro de 2020). Esses referem-se as transações registradas diretamente no patrimônio líquido tais como “Ajuste de valor justo” no investimento na Rohr e passivo atuarial.

d) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

Natureza	Fundamentos para realização
"Stock option"	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
"Hedge" sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/"impairment" do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/"impairment" do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que existiam evidências suficientes de que haveria disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia. Para a data base de 30 de setembro de 2021 não ocorreram mudanças relevantes negativas que indicassem alterações nas expectativas de lucratividade futura para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos.

As ações com vistas à geração de lucro tributável futuro são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

Essas ações perseguidas já são refletidas nas operações referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021 que indicam resultados positivos e base para a realização dos ativos fiscais diferidos registrados.

19. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Tributários (1)	143	127	478	457
Cíveis (2)	785	1.231	937	2.021
Trabalhistas (3)	9.933	11.412	14.093	15.569
Honorários de êxito (4)	2.359	2.367	2.359	2.367
Honorários de sucumbência (5)	1.176	-	1.176	-
	14.396	15.137	19.043	20.414

(1) Refere-se a autos de infração de ICMS e ISS.

(2) A Companhia possui algumas ações passivas movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações atreladas as suas transações comerciais e operacionais.

(3) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações trabalhistas tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.

(4) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos.

(5) Os honorários de sucumbência é o princípio pelo qual a parte perdedora no processo é obrigada a arcar com os honorários do advogado da parte vencedora.

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	15.137	19.569	20.414	23.648
Constituições	2.888	3.861	5.283	5.921
Atualizações monetárias	1.369	1.816	1.369	1.816
Reversões/baixas	(4.998)	(10.109)	(8.023)	(10.971)
Saldo final	14.396	15.137	19.043	20.414

Composição dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Tributárias (i)	4.431	4.089	4.475	4.129
Trabalhistas (ii)	4.057	3.349	4.845	3.477
Cíveis (iii)	-	-	108	66
	8.488	7.438	9.428	7.672

(i) Em 30 de setembro de 2021, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R$4.295. A conciliação desse montante refere-se basicamente aos depósitos judiciais dos MS 2004.001.104294-8 e MS 2004.002.018619-4 que totalizam R$3.683.

(ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

(iii) Depósitos judiciais relativos a ações indenização por danos materiais e morais das quais a companhia é ré.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Tributárias (i)	85.223	61.715	104.398	80.198
Cíveis (ii)	5.914	4.928	6.466	5.367
Trabalhistas (iii)	9.433	9.502	10.110	10.368
	100.571	76.145	120.973	95.933

(i) Principais discussões Tributárias:

(a) Auto de Infração de ICMS recebido pela entidade Sullair (empresa incorporada em 2020 pela Solaris): Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R$59.000 de principal que perfaz um total de cerca de R$200.000, acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para o montante de R$4.319 pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não estoques para revenda, não existindo a incidência de ICMS nessa operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.

(b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis incluídas no PIS e COFINS, na interpretação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil.

(c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido.

(d) Não reconhecimento por parte dos órgãos do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98.

(e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre créditos parcelados por denúncia espontânea.

(f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

(g) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº. 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

(h) Em 22 de junho de 2021 a Companhia recebeu auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para a cobrança do imposto sobre a renda retido na fonte, relativo a fato gerador supostamente ocorrido em 10 de maio de 2019, com multa de ofício (75%) e juros de mora, no valor total de R$21.683 que atualizado a data de setembro de 2021 compõe o valor total de R$22.023. De acordo com as alegações contidas no Relatório de Auditoria Fiscal que acompanhou o auto de infração, a Sullair Argentina S.A., pessoa jurídica sediada no exterior, teria supostamente auferido ganho de capital, tributável pelo IR/Fonte, quando da incorporação da Solaris Participações Equipamentos e Serviços S.A. pela Companhia.

Assim, tendo em vista que a Autoridade Fiscal entendeu que a Companhia seria a adquirente do investimento supostamente alienado pela Sullair Argentina, foi atribuída à Companhia a responsabilidade pelo recolhimento do IR/Fonte, com base no que dispõe o artigo 26 da Lei nº 10.833/2003.

Ante as acusações formuladas pela Receita Federal do Brasil, a Companhia apresentou seus argumentos de defesa em impugnação administrativa datada de 21 de julho de 2021, tendo os consultores jurídicos da Companhia classificado a probabilidade de perda como possível.

De toda forma, no caso de eventual perda da ação, a Sullair Argentina S.A. reembolsará a Companhia nos valores envolvidos, incluindo custas e honorários.

(i) As Autoridades Fiscais notificaram a Solaris Equipamentos e Serviços S.A. ("Controlada"), em 01 de setembro de 2021, por meio de decisão da impugnação apresentada ao auto de infração referente ao processo administrativo nº 11274.720224/2020-90, a exigência do recolhimento de IRPJ e CSLL, acrescidos de multa de ofício (75%), multa isolada (50%), por ausência de recolhimento de estimativas, e juros de mora, no valor total de R$5.886 mil. De acordo com a tese sustentada pelas Autoridades Fiscais, a Controlada não poderia ter excluído, na apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, dos anos de 2015 a 2018, as parcelas relativas ao ágio originado da aquisição de suas ações pela SCG IIIA Holding Ltda. A Controlada apresentou tempestivamente, em 01 de outubro de 2021, por meio de seus advogados, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), para combater ao referido auto de infração, contestando todas as alegações sobre os supostos tributos exigíveis. A classificação de risco foi considerada pelos advogados como possível. O período de 2019 não foi incluído na apuração dos supostos tributos exigíveis, e considerando a hipótese de haver interpretação semelhante à atual com lavratura de novo auto de infração por parte das Autoridades Fiscais, ainda haveria um risco potencial de aproximadamente R$760 mil.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

(a) A variação entre período findo em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 foi principalmente oriunda da atualização de processos ativos.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

20. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL	6.219	1.920	6.906	2.917
IRRF*	5.806	6.037	5.813	6.045
PIS e COFINS*	7.963	7.307	8.063	7.307
INSS	254	50	262	52
ICMS	303	723	366	724
ISS	185	101	190	115
Outros	493	415	505	444
	21.223	16.553	22.105	17.604
Circulante	10.693	6.205	11.575	7.256
Não circulante	10.530	10.348	10.530	10.348

(*) Não homologação pela receita federal dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014, por inconsistências no cálculo identificadas pela Administração. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida pela receita federal, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

Em reunião do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovada o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do programa 1/16, no valor de R$8 mil passando de R$1.089.642 para R$1.089.650.

Em reunião do Conselho de Administração em 21 de maio de 2021 foi aprovada o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício, pelo beneficiário, de opções de compra de ações nos termos do programa 1/16, no valor de R$686 mil passando de R$1.089.650 para R$1.090.336.

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 30 de setembro de 2021 é representado pelo valor de R$1.090.336 (R$1.089.642 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 252.169 mil (251.954 mil em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	30/09/2021		31/12/2020	
Acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	%	Quantidade de ações (em milhares)	%
Andres Cristian Nacht	13.599	5,39%	13.656	5,42%
Snow Petrel LLC	23.677	9,39%	23.677	9,40%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia(1)	22.957	9,10%	22.957	9,11%
Família Nacht (total)	60.233	23,88%	60.290	23,93%
Sun Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (3)	51.556	20,45%	51.556	20,46%
Sullair Argentina S.A. (2)	22.096	8,76%	22.096	8,77%
Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda (4)	13.991	5,55%	-	0,00%
Outros	104.293	41,36%	118.012	46,84%
	252.169	100,00 %	251.954	100,00 %

(1) Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.

(2) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos, e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia.

(3) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos, e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia. Em 23 de novembro de 2020, a totalidade destas ações foram transferidas para o fundo Sun Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(4) Em 8 de abril de 2021, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Quando apurado lucro ao final do exercício findo em 31 de dezembro, a reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2020, o prejuízo do exercício de R$9.435 foi absorvido pela reserva legal, permanecendo o saldo de R$860, sem alterações no período findo em 30 de setembro de 2021.

b.2) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de capital (prêmio de opções de ações)

A reserva de capital é constituída entre outras por reserva para prêmio de opções de ações no montante de R$60.478 em 30 de setembro de 2021, referente aos planos de “stock options” para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo de ações restritas (em 31 de dezembro de 2020 - R$57.036).

d) Custo com emissão de ações

Os custos com emissão de ações representam custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital que somam R$18.448.

e) Ações em Tesouraria

A composição das ações em Tesouraria entre o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 está apresentada na tabela abaixo:

Acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Valor total (R$ mil)
Saldo inicial em 31.12.2020	1.689	15.056
Recompra de ações	5.839	46.863
Saldo final em 30.09.2021	7.528	61.919

Em 18 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou, o 2º Plano de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de sua emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento, sem redução de capital, com o objetivo de utilizar para: (i) os Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, (ii) como instrumento de negociação com potenciais targets (M&A) e/ou (iii) cancelamento de parte das ações recompradas para maximizar a geração de valor para os acionistas e melhorar a estrutura de capital da Companhia, nos seguintes termos:

i) a quantidade de ações que podem ser adquiridas é de até 7.558.687 ações, que correspondem a 6,51% das ações em circulação nesta data.

ii) o prazo máximo para a realização da operação ora autorizada é de 18 meses, de 18 de março de 2021 até 16 de setembro de 2022, inclusive.

iii) as ações serão adquiridas na B3 ao preço de mercado.

No segundo trimestre de 2021, foram efetuadas recompras de 2.348.300 ações, ao preço médio de R$8,20 por ação, totalizando R$ 19.266.

No terceiro trimestre, foram efetuadas recompras de 3.490.700 ações, ao preço médio de R$7,91 por ação, totalizando R$27.597.

O total de ações recompradas em Tesouraria registradas contabilmente em 30 de setembro de 2021 valorizadas pela cotação B3 nessa data montaria a R$35.404.

f) Juros sobre capital próprio e Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2021 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R$5.837 (R$5.367, líquidos de impostos), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia equivalente a R$0,02 por ação, com retenção de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor, excetuados dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas.

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de agosto de 2021 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (“JCP”) e de dividendos intermediários (“Dividendos”), nos seguintes termos:

(i) distribuição aos seus acionistas de JCP no valor total de R$12.046 (R$11.098 líquido de impostos), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R$0,04, bruto, por ação, com retenção de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor, excetuados dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas.

(ii) distribuição de Dividendos no valor total de R$8.064, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R$0,03, por ação. O pagamento dos JCP e Dividendos (“Proventos”) ora declarados será creditado aos acionistas em 30 de agosto de 2021, na proporção de suas participações no capital social do Companhia, utilizando-se como data-base de cálculo a posição acionária da Companhia em 17 de agosto de 2021 (record date). A partir de 18 de agosto de 2021 (inclusive), as ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex” Proventos (ex-direitos).

Até o período findo em 30 de setembro de 2021, deste valor foi creditado aos acionistas o montante de R$24.123, permanecendo um saldo de R$405 em aberto.

22. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.

b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.

c) Foram parcelados débitos de:

   i. PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004)

   ii. IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)

   iii. CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)

   iv. INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT.

   Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal à época que não considerava locação de bens móveis como prestação de serviço.

   Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

   A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

   Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

   Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

e) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Baixas	Adições	Atualizações SELIC	Saldo em 30 de setembro de 2021
PIS	881	(286)	-	92	687
COFINS	2.743	(890)	-	287	2.140
IRPJ	1.126	(365)	-	118	879
CSLL	106	(34)	-	11	83
INSS	343	(18)	-	39	364
	5.199	(1.593)	-	547	4.153
Circulante	1.456	-	-	-	1.472
Não Circulante	3.743	-	-	-	2.681

23. RESULTADO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora e Consolidado			
	30/09/2021		30/09/2020	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	31.493	58.804	1.183	(12.376)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.601	207.601	207.493	207.493
Lucro (Prejuízo) básico por ação provenientes das operações continuadas	0,15	0,28	0,01	(0,06)

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora e Consolidado			
	30/09/2021		30/09/2020	
	Trimestre	Acumulado	Trimestre	Acumulado
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	31.493	58.804	1.183	(12.376)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.601	207.601	207.493	207.493
Lucro (Prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas	0,15	0,28	0,01	(0,06)

24. RECEITA LIQUIDA DE LOCAÇÃO, VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Locação	184.876	97.471	500.358	265.247	190.270	114.610	517.307	342.614
Vendas de novos	1.276	2.295	5.736	5.146	4.141	5.251	12.606	13.381
Venda de seminovos	12.901	7.824	32.297	13.324	17.304	12.400	41.546	21.074
Venda de seminovos (outros)	1.704	1.136	2.472	1.635	1.705	1.138	2.543	1.641
Assistência técnica	1.292	1.728	3.418	3.067	1.462	5.393	4.179	20.341
Indenizações	1.286	10.231	6.013	12.279	1.286	10.231	6.013	12.279
Outros (i)	3.444	3.059	8.689	6.752	3.556	3.879	9.012	8.011
Total receita bruta	206.779	123.744	558.983	307.450	219.724	152.902	593.206	419.341
Impostos sobre vendas e serviços	(17.424)	(9.782)	(47.352)	(25.849)	(19.537)	(12.426)	(52.192)	(36.265)
Cancelamentos e descontos	(6.484)	(4.329)	(19.072)	(13.698)	(7.238)	(6.684)	(22.068)	(24.879)
	182.871	109.633	492.559	267.903	192.949	133.792	518.946	358.197

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

25. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

(i) Pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas.

(ii) Fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos.

(iii) Aluguel de equipamentos de terceiros.

(iv) Gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras, talhas e ferramentas em geral).

(v) Provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável, conforme notas explicativas 8 e 13, respectivamente.

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do *backoffice* administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de "stock options", provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora

	01/07/2021 a 30/09/2021			01/07/2020 a 30/09/2020			01/01/2021 a 30/09/2021			01/01/2020 a 30/09/2020		
Natureza	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(14.916)	(22.953)	(37.869)	(10.926)	(16.642)	(27.568)	(43.289)	(70.985)	(114.274)	(30.366)	(44.271)	(74.637)
Terceiros	(508)	(8.389)	(8.897)	(424)	(4.916)	(5.340)	(1.612)	(26.213)	(27.825)	(1.423)	(18.502)	(19.925)
Frete	(7.272)	(354)	(7.626)	(2.973)	(270)	(3.243)	(17.792)	(1.609)	(19.401)	(7.990)	(561)	(8.551)
Material construção/manutenção e reparo	(25.504)	(7.042)	(32.546)	(17.042)	(1.101)	(18.143)	(73.434)	(14.535)	(87.969)	(39.264)	(2.990)	(42.254)
Aluguel de equipamentos e outros	(286)	(1.251)	(1.537)	(6.051)	(388)	(6.439)	(1.136)	(3.231)	(4.367)	(16.423)	(835)	(17.258)
Viagem	(2.051)	(1.953)	(4.004)	(838)	(459)	(1.297)	(5.293)	(4.514)	(9.807)	(2.105)	(1.608)	(3.713)
Custo das mercadorias vendidas	(1.166)	-	(1.166)	(1.189)	-	(1.189)	(4.666)	-	(4.666)	(2.585)	-	(2.585)
Depreciação/Amortização	(26.600)	(7.767)	(34.367)	(21.067)	(5.763)	(26.830)	(81.149)	(20.822)	(101.971)	(72.618)	(17.397)	(90.015)
Baixa de ativos	(1.807)	-	(1.807)	(14.726)	245	(14.481)	(3.761)	-	(3.761)	(16.300)	432	(15.868)
Custo de venda com seminovos - outros	(40)	-	(40)	(112)	-	(112)	(130)	-	(130)	(574)	-	(574)
Plano de ações	-	(1.147)	(1.147)	-	(763)	(763)	0	(3.442)	(3.442)	-	(2.288)	(2.288)
Provisões	-	151	151	-	(754)	(754)	0	(1.151)	(1.151)	-	(135)	(135)
Participação nos resultados	-	(3.221)	(3.221)	-	(1.254)	(1.254)	0	(8.065)	(8.065)	-	(3.615)	(3.615)
Outros	2.273	(4.841)	(2.568)	(193)	1.074	883	52	(11.535)	(11.483)	(379)	2.423	2.044
	(77.877)	(58.767)	(136.644)	(75.540)	(30.991)	(106.530)	(232.210)	(166.102)	(398.312)	(190.027)	(89.347)	(279.374)

Consolidado

	01/07/2021 a 30/09/2021			01/07/2020 a 30/09/2020			01/01/2021 a 30/09/2021			01/01/2020 a 30/09/2020		
Natureza	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(15.690)	(23.161)	(38.851)	(13.596)	(20.800)	(34.396)	(45.139)	(72.280)	(117.419)	(39.984)	(58.489)	(98.473)
Terceiros	(647)	(9.106)	(9.753)	(622)	(6.386)	(7.008)	(2.094)	(28.488)	(30.582)	(1.753)	(24.060)	(25.813)
Frete	(7.618)	(377)	(7.995)	(3.882)	(376)	(4.258)	(18.713)	(1.739)	(20.452)	(11.451)	(981)	(12.432)
Material construção/manutenção e reparo	(26.974)	(7.411)	(34.385)	(21.431)	(1.716)	(23.147)	(76.968)	(15.371)	(92.339)	(53.474)	(4.532)	(58.006)
Aluguel de equipamentos e outros	(369)	(1.347)	(1.716)	438	(440)	(2)	(450)	(3.413)	(3.863)	(418)	(1.233)	(1.651)
Viagem	(2.091)	(1.961)	(4.052)	(1.187)	(632)	(1.819)	(5.570)	(4.587)	(10.157)	(3.232)	(2.419)	(5.651)
Custo das mercadorias vendidas	(4.788)	0	(4.788)	(2.128)	-	(2.128)	(12.321)	0	(12.321)	(5.993)	-	(5.993)
Depreciação/Amortização	(27.507)	(8.917)	(36.424)	(26.563)	(7.291)	(33.854)	(84.228)	(24.456)	(108.684)	(93.151)	(20.705)	(113.856)
Baixa de ativos	(1.807)	0	(1.807)	(15.567)	245	(15.322)	(4.086)	0	(4.086)	(17.276)	432	(16.844)
Custo de venda com seminovos - outros	(40)	0	(40)	(162)	-	(162)	(129)	0	(129)	(625)	-	(625)
Plano de ações	0	(1.147)	(1.147)	-	(763)	(763)	0	(3.442)	(3.442)	-	(2.288)	(2.288)
Provisões	0	(161)	(161)	-	(931)	(931)	0	(1.085)	(1.085)	-	(1.381)	(1.381)
Participação nos resultados	0	(3.267)	(3.267)	-	(1.535)	(1.535)	0	(6.992)	(6.992)	-	(4.318)	(4.318)
Outros	2.265	(5.165)	(2.900)	(252)	(4.325)	(4.577)	(2)	(13.095)	(13.097)	(800)	(12.668)	(13.468)
Total	(85.266)	(62.020)	(147.286)	(84.952)	(44.950)	(129.902)	(249.700)	(174.948)	(424.648)	(228.157)	(132.642)	(360.799)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas de juros	2.435	478	3.891	1.462	2.581	696	4.318	2.164
Receitas de aplicação financeira	3.072	960	6.540	3.356	3.958	1.360	8.367	4.732
Descontos obtidos	53	118	120	338	60	299	149	559
Variação cambial e monetária ativa	303	70	878	595	388	724	3.880	1.728
Outras	342	-	660	-	838	483	1.445	2.314
	6.205	1.626	12.089	5.751	7.825	3.562	18.159	11.497

b) Despesas financeiras

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Juros - empréstimos	(288)	(219)	(1.460)	(900)	(377)	(326)	(1.646)	(1.252)
Variações cambiais e monetárias passivas	(640)	(394)	(1.831)	(1.768)	(1.272)	(1.420)	(4.967)	(6.097)
Juros - debêntures	(3.282)	(1.945)	(8.260)	(5.830)	(3.604)	(2.329)	(9.316)	(7.092)
Comissões e tarifas bancárias	(89)	(61)	(319)	(237)	(197)	(279)	(929)	(1.091)
IOF	(2)	(1)	(6)	(15)	(10)	(50)	(21)	(120)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(619)	(1.044)	(3.132)	(3.287)	(631)	(1.077)	(3.252)	(3.477)
Outras	(663)	(461)	(3.236)	(906)	(1.186)	(817)	(4.050)	(1.924)
	(5.583)	(4.125)	(18.244)	(12.943)	(7.277)	(6.298)	(24.181)	(21.053)

27. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22 - Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos.
A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

a) Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

b) Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio - Acumulado

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita líquida	65.955	65.938	426.604	201.965	-	-	492.559	267.903
(-) Custos	(22.538)	(35.867)	(128.524)	(81.541)	-	-	(151.062)	(117.408)
(-) Despesas	(28.453)	(22.934)	(116.828)	(48.754)	2	(263)	(145.279)	(71.951)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.000)	4.933	(3.175)	(7.457)	-	-	(4.175)	(2.524)
(-) Depreciação e amortização	(34.491)	(36.158)	(67.480)	(53.857)	-	-	(101.971)	(90.015)
(+) Outras receitas	423	521	546	407	-	-	969	928
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1.649)	2.648	-	-	(1.649)	2.648
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(20.104)	(23.567)	109.494	13.411	2	(263)	89.392	(10.419)
Receita financeira	6.239	3.204	5.654	2.592	196	(45)	12.089	5.751
Despesa financeira	(8.639)	(6.140)	(9.168)	(6.513)	(437)	(290)	(18.244)	(12.943)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(22.504)	(26.503)	105.980	9.490	(239)	(598)	83.237	(17.611)
(-) IRPJ/CSLL	7.652	7.201	(32.166)	(2.142)	81	176	(24.433)	5.235
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(14.852)	(19.302)	73.814	7.348	(158)	(422)	58.804	(12.376)

	Construção		Rental		Outros(*)		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita líquida	65.955	65.938	452.991	292.259	(0)	-	518.946	358.197
(-) Custos	(22.538)	(35.867)	(142.934)	(99.139)	0	-	(165.472)	(135.006)
(-) Despesas	(28.453)	(22.934)	(122.040)	(88.740)	2	(263)	(150.491)	(111.937)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.000)	4.933	(4.961)	(10.528)	0	-	(5.961)	(5.595)
(-) Depreciação e amortização	(34.491)	(36.158)	(74.194)	(77.698)	0	-	(108.685)	(113.856)
(+) Outras receitas	423	521	1.511	1.426	0	-	1.934	1.947
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(20.104)	(23.567)	110.373	17.580	2	(263)	90.271	(6.250)
Receita financeira	6.239	3.204	11.724	8.338	196	(45)	18.159	11.497
Despesa financeira	(8.639)	(6.140)	(15.105)	(14.623)	(437)	(290)	(24.181)	(21.053)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(22.504)	(26.503)	106.992	11.295	(239)	(598)	84.249	(15.806)
(-) IRPJ/CSLL	7.652	7.201	(33.253)	(3.947)	81	176	(25.520)	3.430
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(14.852)	(19.302)	73.739	7.348	(158)	(422)	58.729	(12.376)

Demonstração do resultado por segmento de negócio - Trimestre

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita líquida	23.981	32.606	158.890	77.027	0	-	182.871	109.633
(-) Custos	(7.437)	(20.967)	(43.842)	(33.505)	0	-	(51.279)	(54.472)
(-) Despesas	(8.801)	(7.835)	(42.403)	(17.113)	206	(284)	(50.998)	(25.232)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(348)	3.957	(1.548)	(2.048)	0	-	(1.896)	1.909
(-) Depreciação e amortização	(11.769)	(11.736)	(22.598)	(15.093)	0	-	(34.367)	(26.829)
(+) Outras receitas	126	271	159	323	0	-	285	594
(+) Resultado de equivalência patrimonial	0	-	(879)	113	0	-	(879)	113
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(4.248)	(3.704)	47.779	9.704	206	(284)	43.737	5.716
Receita financeira	3.208	820	2.917	790	79	17	6.205	1.627
Despesa financeira	(2.551)	(1.934)	(2.900)	(2.041)	(132)	(150)	(5.583)	(4.125)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(3.591)	(4.818)	47.796	8.453	153	(417)	44.359	3.218
(-) IRPJ/CSLL	1.222	51	(14.035)	(2.202)	(52)	116	(12.866)	(2.035)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(2.369)	(4.767)	33.761	6.251	101	(301)	31.493	1.183

	Construção		Rental		Outros(*)		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita líquida	23.981	32.606	168.968	101.186	0	-	192.949	133.792
(-) Custos	(7.437)	(20.967)	(50.327)	(37.422)	0	-	(57.764)	(58.389)
(-) Despesas	(8.801)	(7.835)	(44.503)	(29.540)	206	(284)	(53.098)	(37.659)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(348)	3.957	(1.660)	(2.527)	0	-	(2.008)	1.430
(-) Depreciação e amortização	(11.769)	(11.736)	(24.655)	(22.117)	0	-	(36.424)	(33.853)
(+) Outras receitas	126	271	198	1.065	0	-	324	1.336
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(4.248)	(3.704)	48.021	10.645	206	(284)	43.979	6.656
Receita financeira	3.208	820	4.538	2.724	79	17	7.825	3.562
Despesa financeira	(2.551)	(1.934)	(4.594)	(4.214)	(132)	(150)	(7.277)	(6.298)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	(3.591)	(4.818)	47.965	9.155	153	(417)	44.527	3.920
(-) IRPJ/CSLL	1.222	51	(14.258)	(2.904)	(52)	116	(13.088)	(2.737)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(2.369)	(4.767)	33.707	6.251	(101)	(301)	31.439	1.183

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Controladora	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imobilizado								
Custo de aquisição	427.137	435.022	1.111.147	1.032.395	-	-	1.538.284	1.467.417
(-) Depreciação acumulada	(350.683)	(332.826)	(834.055)	(750.011)	-	-	(1.184.738)	(1.082.837)
Imobilizado líquido	76.454	102.196	277.092	282.384	-	-	353.546	384.580
Outros ativos	276.012	309.925	767.004	710.489	27.201	27.703	1.070.217	1.048.117
Ativo total	352.466	412.121	1.044.097	992.873	27.201	27.703	1.423.763	1.432.697

	Construção		Rental		Outros(*)		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imobilizado								
Custo de aquisição	427.137	435.022	1.198.055	1.179.144	-	-	1.625.192	1.614.166
(-) Depreciação acumulada	(350.683)	(332.826)	(879.480)	(841.457)	-	-	(1.230.163)	(1.174.283)
Imobilizado Líquido	76.454	102.196	318.575	337.687	-	-	395.029	439.883
Outros ativos	276.012	309.925	754.516	697.881	27.201	27.703	1.057.729	1.035.509
Ativo total	352.466	412.121	1.073.091	1.035.568	27.201	27.703	1.452.758	1.475.392

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Categoria dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

			Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado	
	Classificação	Nível	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1	243.606	285.993	320.350	378.905
"Swap"	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	-	808
Investimento Rohr	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	39.341	39.341	39.341	39.341
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	121.636	82.478	130.715	100.374
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	871	6.410	-	-
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	-	976	4.547
Debêntures	Custo amortizado	-	154.129	181.484	163.976	203.115
Arrendamentos	Custo amortizado		54.978	55.615	56.327	56.330
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	36.257	23.629	44.327	30.271
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	844	390	-	-

28.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3 - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a) Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b) Valor justo do Investimento Rohr

Em 30 setembro de 2021, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R$39.341 (R$39.341 em 31 de dezembro de 2020), conforme apresentado na nota explicativa 11.b. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

28.3. Instrumento financeiro ao custo amortizado

a) Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b) Debêntures

		Valor contábil Consolidado	
Dívida	Indicador	30/09/2021	31/12/2020
1ª emissão de debêntures - Solaris Equipamentos	CDI	9.847	21.631
4ª emissão de debêntures	CDI	82.802	100.318
5ª emissão de debêntures		74.291	84.242
Total		166.940	206.191

28.4. Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano (em 31 de dezembro de 2021).

		Controladora		Consolidado	
Grupo	Indicador	Contábil	Provável	Contábil	Provável
Aplicações financeiras	CDI	241.290	6.350	317.565	10.978
Dívida					
Capital de giro	CDI	-	-	976	-
1ª emissão de debêntures	CDI	-	-	9.847	1.345
4ª emissão de debêntures	CDI	82.802	8.938	82.802	8.938
5ª emissão de debêntures	CDI	74.291	9.547	74.291	9.547
Total dívida		157.093	18.485	167.916	19.830

Referências	30/09/2021 Provável
Taxas	
CDI ativo (%)	6,15%
CDI passivo (%)	8,25%

Fonte: Relatório Focus de 05 de novembro de 2021.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não possui saldos relevantes em contas a receber e contas a pagar em moeda estrangeira para avaliação de risco de variação cambial.

28.5. Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento. As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 30 de setembro de 2021							
Debêntures	-	7.331	7.511	57.951	53.548	55.167	181.508
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.543	2.939	11.839	12.834	32.077	61.232
Arrendamentos a pagar - veículos	-	311	624	2.759	3.661	661	8.016
Contas a pagar a terceiros	653	23.584	10.481	1.537	2	-	36.257
Contas a pagar - partes relacionadas	-	844	-	-	-	-	844
Em 31 de dezembro de 2020							
Debêntures	-	384	6.889	41.172	56.534	119.521	224.500
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.240	2.428	10.404	12.923	35.023	62.018
Arrendamentos a pagar - veículos	-	248	482	2.119	2.756	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	114	-	-	23.644
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	390	-	-	390

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 30 de setembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos	-	28	31	708	239	140	1.146
Debêntures	-	9.381	11.559	61.935	53.548	55.167	191.590
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.591	3.264	12.274	13.341	32.258	62.728
Arrendamentos a pagar - veículos	-	311	624	2.759	3.661	661	8.016
Contas a pagar a terceiros	2.191	28.730	11.653	1.749	4	-	44.327
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	98	2.239	2.561	-	-	4.898
Debêntures	-	500	7.127	59.595	60.495	119.523	247.240
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.240	2.428	11.119	12.923	35.023	62.733
Arrendamentos a pagar - veículos	-	248	482	2.119	2.756	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	6.756	-	-	30.286

28.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Conta corrente bancos (i)	2.334	1.195	2.803	1.346
Aplicações em bancos (i)	241.272	284.823	317.547	377.706
Total de caixa e equivalentes de caixa	243.606	286.018	320.350	379.052

(i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

28.7. Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos		-	976	4.547
Debêntures (vide nota explicativa nº 14)	157.093	184.560	166.939	206.191
Dívida bancária total	157.093	184.560	167.915	210.738
Caixa, equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	251.006	285.993	327.750	378.905
Caixa líquido positivo	93.913	101.434	159.835	168.167

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o seu capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	Controladora	
	30/09/2021	31/12/2020
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	-	-
Não utilizadas	303.200	3.200
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	-	-
Não utilizadas	-	-

29. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

							Consolidado 30/09/2021
	Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo "swap"
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	-	-	-

Como descrito acima o vencimento dessa operação foi em agosto de 2021 e a Companhia não contratou novos instrumentos financeiros derivativos.

30. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

	Controladora		Consolidado	
Natureza	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Riscos operacionais	2.247.274	1.628.285	2.322.730	2.299.610
Danos patrimoniais	487.794	429.946	487.794	488.598
Responsabilidade civil	112.000	110.000	112.000	110.500

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. Aprovação aquisição da SK Rental Locação Equipamentos Ltda

A Companhia, comunica que foi aprovada pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sem restrições, conforme decisão publicada em 04 de novembro de 2021, a aquisição pela Companhia de cotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da SK Rental Locação de Equipamentos Ltda. (“SK Rental do Brasil”) (“Transação).

A Companhia comunica, ainda, que a consumação da Transação ocorrerá após o trânsito em julgado da referida decisão do CADE e após cumpridas as demais condições precedentes.

31.2 Distribuição de juros sobre capital próprio

A Companhia informa que, em 11 de novembro de 2021, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de juros sobre capital próprio (“JCP”), nos seguintes termos: (i) distribuição aos seus acionistas de JCP no valor total de R$20.165, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R$0,08, bruto, por ação, com retenção de 15% (quinze por cento) de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor, excetuados dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas.

O pagamento dos JCP (“Proventos”) ora declarados será creditado aos acionistas em 30 de novembro de 2021, na proporção de suas participações no capital social do Companhia, utilizando-se como data-base de cálculo a posição acionária da Companhia em 17 de novembro de 2021 *(record date).* A partir de 18 de novembro de 2021 (inclusive), as ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex” Proventos (ex-direitos).